

Caríssima(o) Associada(o),

Com desmedida satisfação apresento os livros dos Grupos de Trabalho, do XXIII Congresso Nacional do Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Direito (CONPEDI), realizado na cidade de João Pessoa entre os dias 5 a 8 de novembro de 2014. Registro a satisfação de presidir um Congresso do CONPEDI, com a honrosa e difícil situação de substituir o nosso presidente Professor Vladimir Oliveira da Silveira, que realizou profícuas administrações. .

Cabe aqui o registro de que, “mais uma vez, superamos a marca de artigos submetidos ao nosso evento e a participação de mais de setenta programas de pós-graduação reconhecidos pela CAPES/MEC – o que confirma a expansão e credibilidade de nossa associação. A partir do árduo trabalho dos associados conseguimos colocar o CONPEDI entre os maiores eventos científicos, do Brasil e das Américas, recebendo cerca de 2000 artigos científicos, envolvendo mais de 300 avaliadores na organização de 80 grupos de trabalhos, inseridos entre as inúmeras linhas de pesquisa dos nossos mais de 80 programas stricto sensu na área do Direito”. Ao longo desses últimos anos, o CONPEDI fez florescer a pesquisa jurídica como uma importante aliada para a construção de uma sociedade mais democrática, justa e solidária, como sempre assinalou nosso ex-presidente, o professor Vladimir Oliveira da Silveira.

O Congresso desenvolveu a temática sobre “A humanização do Direito e a horizontalização da Justiça no século XXI”. Sem dúvida é marcada a importância do debate, nos primórdios do século XXI, quando estamos diante de uma série crescente de desafios ao Direito.

Ao longo dos 04 (quatro) dias do congresso foram debatidos, uma série de temas da maior relevância para o Direito, tais como: (1) Instrumentos de efetivação de Direitos Fundamentais, (2) Experiências interdisciplinares em Direitos Humanos, (3) Democracia e Cidadania na América Latina, (4) ensino jurídico, (5) justiça de transição, (6) A humanização do mundo; (7) Direitos Econômicos, sociais e culturais e desenvolvimento; (8) Educação Jurídica: o novo marco regulatório; (9) Humanização das penas; (11) Teoria do Direito e gênero nos Tribunais Internacionais; (12) Direito e Sustentabilidade; (13) O Direito Internacional Público Contemporâneo; (14) Direito e Economia; (15) Direito e Novas Tecnologias; (16) Direito do Consumidor; (17) Direitos Econômicos e Globalização; (18) Direito Internacional e globalização; (19) desafios do novo código de processo civil; (20) A atualidade do pensamento de Celso Furtado, dez anos depois de sua morte; (21) Acesso a justiça; (22) fomento e inovação em pesquisa; (23) efetividade do Direito Ambiental na contemporaneidade e (24) Biodireito. Registramos igualmente, a realização dos fóruns dos Coordenadores e da Federação de Pós-

Graduandos em Direito – FEPODI.

Importante destacar e reconhecer o apoio recebido do CNPq e da CAPES. Registramos também o comparecimento e participação da professora Claudia Hoesler, coordenadora da área, que recém nomeada, procurou assinalar as linhas gerais de sua atuação e a ela desejamos uma feliz condução da área a exemplo do que foi realizado pelo seu antecessor, professor Martônio Mont'Alverne Barreto Lima.

É importante fixar que, dando continuidade a grande aproximação que foi desenvolvida pela diretoria anterior, com o IPEA nos últimos anos, ampliamos o dialogo institucional principalmente através do painel Contribuição da Estatística para a Pesquisa Jurídica, onde concretizamos um avanço no debate sobre métodos quantitativos e pesquisa jurídica.

Não podemos deixar de realçar o grandioso esforço da equipe da UFPB, da UFCG e especial destaque para a UNIPÊ , Evidente que os desafios foram imensos, mas enfrentados e finalmente superados, pelos professores, técnicos, discentes da pós-graduação e da graduação.

Florianópolis, verão de 2015

Raymundo Juliano Feitosa

Presidente do CONPEDI

PREFÁCIO

A presente obra coletiva resulta das reflexões e debates expostos no Grupo de Trabalho DIREITO DO TRABALHO IV, no âmbito do XXIII Congresso Nacional do CONPEDI, realizado em João Pessoa – Paraíba, entre os dias 05 e 08 de novembro de 2014, promovido pelo CONPEDI e pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas - Mestrado e Doutorado da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, com apoio da CAPES e do CNPq sobre o tema “A HUMANIZAÇÃO DO DIREITO E A HORIZONTALIZAÇÃO DA JUSTIÇA NO SÉCULO XXI”.

Por ocasião do evento, apresentaram-se 21 artigos no Grupo de Trabalho em comento, todos relacionados às relevantes e atuais questões inseridas nas perspectivas para a humanização do direito no universo das relações trabalhistas.

Para uma análise sistematizada das temáticas propostas pelos juristas, bifurcamos o trabalho coletivo em três partes. A primeira parte, intitulada “CIDADANIA E PLURALIDADE: MECANISMOS DE TUTELA E PERFIS OBSTACULIZANTES PARA A CONSOLIDAÇÃO EFETIVA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DOS GRUPOS VULNERÁVEIS”, insere os artigos que examinam os preceitos especiais de tutela concedidos aos coletivos considerados vulneráveis, ademais de confrontar os óbices e desafios pretéritos, atuais e vindouros para a plena efetivação dos fundamentais direitos e garantias destes grupos. O arcabouço de ideias expostos neste primeiro momento abrange temas como a tutela específica aos trabalhadores domésticos, os contratados em regime parcial, a exploração capitalista, os terceirizados, o trabalho infantil e as entidades cooperativas.

Na segunda parte da obra coletiva, cognominada “TRABALHO DECENTE E DESENVOLVIMENTO HUMANO SUSTENTÁVEL: PARADIGMAS FUNDAMENTAIS PARA A CONSECUÇÃO DO MEIO AMBIENTE HÍGIDO, SEGURO E DIGNO AO EXERCÍCIO DAS ATIVIDADES LABORAIS”, o conteúdo temático exposto pelos autores refere-se aos instrumentos, perspectivas e avanços para a sedimentação do desenvolvimento humano sustentável no cerne das relações laborais. Segmento composto por temas relevantes, tais como, a multa normativa, o *dumping* social, os empregos verdes, a responsabilidade civil preventiva do empregador, a humanização do poder empregatício, o Fator Acidentário de Prevenção, a proteção ambiental e a seguridade social e a desconsideração da personalidade jurídica.

E por ende, a terceira parte, denominada “CONSTITUCIONALIZAÇÃO DE DIREITOS E PERSPECTIVAS MÚLTIPLAS DE FOMENTO AOS DIREITOS FUNDAMENTAIS NA SEARA INTERNACIONAL: AVANÇOS E OBSTÁCULOS PARA A SISTEMATIZAÇÃO DA TUTELA MULTINÍVEL DOS DIREITOS SOCIAIS”, incorporou os textos referentes à múltipla proteção

aos direitos fundamentais dos trabalhadores em uma macro perspectiva, inserindo-se, por conseguinte, elementos nacionais e plataformas internacionais de tutela. De esta forma, assimilou-se os temas pertinentes à constitucionalização simbólica dos direitos trabalhistas, o transconstitucionalismo dos direitos sociais, a terceirização em uma perspectiva internacional, o reexame dos preceitos oriundos da Organização Internacional do Trabalho, o teletrabalho transnacional e os desafios institucionais da mediação na seara coletiva.

Que os temas lapidados possam germinar, exitosamente, em solo acadêmico, fomentando, pois, o desenvolvimento de novas reflexões, críticas e posicionamentos em face às concepções ofertadas no presente livro. Eis, posto, o nosso contributo.

Coordenadores:

Professora Doutora Paulla Christianne da Costa Newton – UEPB/UNIPÊ

Professora Doutora Daniela Mesquita Leutchuk de Cademartori – UNILASALLE

Professor Doutor Everaldo Gaspar Lopes de Andrade – UFPE